

1 **\* Minuta da Ata da 5ª Reunião Extraordinária do Conselho das Cidades realizada**  
2 **no dia 27 de junho de 2017.**

3  
4 No dia 27 de junho de 2017, no auditório do Ministério das Cidades, nesta cidade, deu-se início aos trabalhos da 5ª Reunião Extraordinária do Conselho das Cidades – ConCidades. **1.** A reunião foi aberta pelo Secretário Executivo do Conselho das Cidades, Ariel Pares, que compôs a mesa junto com o Secretário Executivo do Ministério das Cidades, Marco Aurélio de Queiroz; Amélia Fernandes – Segmento dos Trabalhadores; Anselmo José Domingos pelo Poder Público Estadual; Silvio José Marques, representando o Poder Público Municipal; Darci Campani, representando o segmento das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa; Élcio Sigolo, Segmento dos Empresários; e Maria Eugênia Trombini representando as Organizações Não Governamentais - ONG’S. **2.** A proposta da pauta da reunião foi apresentada para aprovação, o conselheiro Gilberto Aguiar propôs a retirada do ponto “Composição do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – CGFNHIS”; e sugeriu sua transferência para a próxima reunião do ConCidades; a Secretária Nacional de Habitação, Maria Henriqueta Arantes, defendeu a manutenção da realização da eleição para o CGFNHIS nesta reunião, e frisou a importância de realizar a votação, sendo a eleição dos representantes essencial para a continuidade e regularidade das atividades do CGFNHIS. Após os debates, esse tema foi colocado em votação tendo 6 votos contra e 47 votos a favor da retirada da votação para a Composição do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social da pauta desta reunião. Após essa alteração, a pauta da reunião foi aprovada. **3.** A ata da 50ª Reunião do Conselho das Cidades foi aprovada, sendo anexada a ela a carta dos Conselheiros Alexandre Henrique Queiroz, Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC e Aércio Barbosa, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, ambos representantes do segmento ONG’S que renunciaram aos seus mandatos durante a referida reunião. A ata da Reunião Extraordinária, realizada pelos Conselheiros nos dias 12 e 13 de junho/2017, foi aprovada. **DECRETO Nº 9.076, DE 7 DE JUNHO DE 2017**, que transfere a 6ª Conferência Nacional das Cidades – 6ª CNC para 2019, o Secretário Executivo do Ministério das Cidades fez uma síntese dos motivos que levaram às mudanças na 6ª CNC, listando os seguintes pontos: **1.** Baixa adesão à 6ª Conferência Nacional das Cidades - dos 5.570 municípios brasileiros apenas 1.367 realizaram suas conferências no prazo previsto. **2.** Possibilitar a ampliação da participação no evento - com a mudança do calendário (2019) abre-se espaço para a reabertura das conferências municipais para viabilizar inclusive a realização de conferências em municípios com novos gestores empossados. O Secretário ressaltou que o decreto garante que todas as Conferências já realizadas serão acolhidas. **3.** Superar restrições orçamentárias operacionais. **4.** Superar as dificuldades de realizar a Conferência em ano eleitoral - a alteração do intervalo de realização da Conferência de três para quatro anos permitirá que a realização do evento não conflite com a realização de pleitos eleitorais. Destacou, ainda, que o Decreto não extingue o Conselho das Cidades. Em seguida passou-se aos debates. **5.** Os Conselheiros se manifestaram contrários ao decreto e recomendaram a sua revogação. **6.** O Conselheiro Miguel Lobato solicitou que a Resolução que recomenda a revogação do Decreto seja aprovada e que fosse elaborado o calendário de reuniões do ConCidades. **7.** O Conselheiro Élcio Sigolo ponderou que a conjuntura política atual talvez não seja adequada para realizar a 6ª CNC, que é necessário refletir mais sobre esse assunto. **8.** O conselheiro Whelton Pimentel informou e convocou a todos para uma Conferência Nacional das Cidades Popular, que será realizada pelos conselheiros e suas respectivas entidades; solicitou que

51 os conselheiros suplentes continuassem a ter suas despesas com hospedagem e  
52 transporte pagas pelo MCidades; solicitou, ainda, que fosse elaborado o calendário de  
53 reuniões do ConCidades. **9.** A Conselheira Marli Carrara reiterou a decisão sobre a  
54 Conferência Popular, a ser realizada pelos Conselheiros em Dezembro de 2017, e  
55 manifestou-se contra o decreto. **10.** O Conselheiro Eduardo Cosme solicitou a  
56 convocação da Reunião da Coordenação Executiva da 6ª CNC. **11.** O Conselheiro Yure  
57 Silva entregou uma Carta de Repúdio, assinada pela Associação dos Geógrafos  
58 Brasileiros-AGB, e requisitou de fosse anexada à ata desta reunião. **12.** Alguns  
59 Conselheiros manifestaram a insatisfação frente à resposta dada pelo Ministério das  
60 Cidades aos questionamentos realizados pelo Ministério Público, alegando que a  
61 resposta vai de encontro ao pensamento do Conselho. **DELIBERAÇÕES: 1.** Foi  
62 realizada a leitura da Moção de Repúdio ao Decreto 9.076/2017, confeccionada por  
63 alguns conselheiros, aprovada, por contraste, pela maioria do plenário e registro de 1  
64 voto contra e 4 abstenções. **2.** Foi aprovada a Resolução Normativa que “Define novas  
65 datas para as etapas estadual e nacional da 6ª Conferência Nacional das Cidades – 6ª  
66 CNC e estende o mandato do atual Conselho Nacional das Cidades”. **3.** Foi aprovada a  
67 Resolução Normativa que “Define novo calendário para as reuniões da 5ª Gestão do  
68 Conselho Nacional das Cidades”. **4.** Foi aprovada a Resolução que “Recomenda a  
69 revogação do Decreto 9.076/2017”. **APRESENTAÇÃO - BALANÇO DO**  
70 **MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCID:** O Secretário Executivo do MCidades  
71 apresentou balanço das ações do MCidades, abordando os temas: habitação,  
72 saneamento, desenvolvimento urbano, mobilidade urbana e Departamento Nacional de  
73 Transito – DENATRAN. O Secretário discorreu sobre os resultados das políticas  
74 habitacionais, relatou a diminuição do déficit habitacional, a proteção social e a geração  
75 de empregos, bem como sobre os novos desafios: oferecer mais moradias para atenuar o  
76 déficit habitacional; e dar garantia de qualidade de vida aos moradores, mas que para  
77 isso é necessário enfrentar a crise herdada, fornecer eficiência em gestão, criar  
78 programas complementares ao Minha Casa Minha Vida – MCMV e integrar as ações do  
79 MCidades. Falou de problemas no programa MCMV como a falta de segurança e falhas  
80 de execução nas construções, bem como as suas soluções: programas complementares e  
81 maior exigência na qualidade da habitação entregue. **ENCAMINHAMENTOS: 1.**  
82 Remeter o debate sobre a MP 759, que trata da Regularização Fundiária, para a  
83 Coordenação Executiva do Conselho para aprofundar melhor e discutir na próxima  
84 reunião do ConCidades. **ENCERRAMENTO:** O Secretário Executivo do Conselho das  
85 Cidades, Ariel Pares, considerou cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e deu  
86 por encerrada a Reunião.

87 *\*O Regimento Interno do Conselho das Cidades em seu artigo 15 dispõe que “quando da sua*  
88 *convocação, as reuniões do ConCidades terão sua pauta previamente distribuída aos membros*  
89 *do Plenário e observarão os seguintes tópicos: IV- debate e votação da ata da reunião*  
90 *anterior”.*